



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

8 de agosto de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VALIEDADES</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 08 / 08 / 2017	Página 2	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Contra a corrupção: MP premiado, sociedade protegida

Luiz Gonzaga Martins Coelho*

O Ministério Público maranhense acaba de ser reconhecido nacionalmente no combate à corrupção, com a premiação, em primeiro lugar nessa categoria, no evento anual de Gestão do CNMP, em que foi inscrito o número recorde de 1077 projetos. Esse prêmio foi conquistado pelo esforço de todos que compomos o Ministério Público e por nossos parceiros e é necessário, por uma questão de Justiça, fazer este reconhecimento.

Início parabenizando a sociedade maranhense que pode, pelo programa MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL, contar com a articulação em defesa do direito cidadão a uma administração honesta de promotoras e promotores de Justiça, dos nossos colegiados institucionais e de cada servidora e servidor, além dos estagiários e outros anônimos colaboradores. Esse prêmio foi construído, insisto, a partir de cada reunião de trabalho, de cada portaria instaurada e de cada peça jurídica elaborada na faina cotidiana e perseverante de todos que constituímos o MPMA, nas mais diversas comarcas em nosso Estado.

Foi consolidado pela atuação de nossos colegiados, aprovando as iniciativas apresentadas no sentido de consolidar o plano estratégico. Aprimorou-se pela contribuição de cada órgão da Administração Superior e das equipes de planejamento e institucional. Foi lapidado pela intervenção técnica de nosso corpo administrativo. E esse combate ingente e determinado prossegue imediatamente, nos

momentos seguintes aos da premiação, pois o câncer da corrupção não pode se espalhar e cabe a nós e a nossos parceiros do Sistema de Controle (os três poderes estaduais, o TCE, o MPC, a AGU, a CGU, o MPF, o TCU, além das demais instituições que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública, os Conselhos de Políticas Públicas, as articulações da sociedade civil, como o MCCE e o Movimento MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO) com os quais dividimos a premiação, não permitirmos retrocessos nessa caminhada.

Defenderemos de forma intransigente as prerrogativas institucionais, postas em favor da sociedade a quem servimos, e das quais não podemos prescindir, ante os ataques incessantes dos defraudadores da República. É simbólico que na data em que recebemos esse inédito prêmio em nossa história institucional, o país tenha observado uma votação da Câmara dos Deputados que adiou a ação do Sistema de Justiça no combate à corrupção, mas isso não nos intimida e nem nos desanima. A resolutividade do programa, presente em todos os 217 municípios e 112 comarcas, pode ser expressa em números: uma emenda à Constituição do Estado, definindo a transparência na transição municipal como mecanismos de prevenção da corrupção, 63 projetos de leis municipais com esse mesmo sentido (sendo 22 aprovados), dezenas de ações de responsabilidade e de obrigação de fazer, além de mais de R\$ 27 milhões protegidos quando da mudança dos mandatos municipais, em atuação inédita do MP junto ao TCU, com âmbito

nacional.

Além disso, em ação interinstitucional, a destinação exclusiva para a educação da indenização devida pela União aos municípios maranhenses relacionada ao extinto Fundef teve reconhecimento de sua correção em recente decisão da presidência do STF. Foram mais de 160 recomendações para a eliminação de práticas como o nepotismo, institucionalização das procuradorias municipais, sistemas de controle interno e contratação de empresas de limpeza pública.

A transparência das instituições vem sendo cobrada, inclusive pela via de ações de improbidade administrativa. A prevenção desses males, com a disseminação de valores republicanos e cidadãos, quer pelas inovações em nossa comunicação institucional, quer pela campanha LER, ESCREVER E PENSAR: CONSCIENTIZAR PARA TRANSFORMAR, é completada pelo Portal e pelo Ranking Anticorrupção, que promoverão o controle social das medidas inibidoras de ilícitos administrativos nos municípios. Nos estruturamos para essa conquista: foram criados o GAEPROAD e os NAEPACs, para a investigação especial e regionalizada de atos de improbidade administrativa na esfera civil e criminal; estão sendo implantados os Núcleos de Assessoria Técnica Regionais (NATAR), para dinamizar essas investigações; regionalizamos, ainda, o Gaeco; realizamos forças-tarefa; e criamos, pelo CSMP, mecanismos de resolução de estoques de investigação, por meio de designações extraordinárias de órgãos de execução ministerial em auxílio

aos Promotores de Justiça naturais.

Reestruturamos os Centros de Apoio que, participando de nossos Encontros Regionais de Gestão Estratégica: MP Contra a Corrupção, disseminaram nossos projetos nesse enfrentamento, obtendo a adesão dos agentes ministeriais às metas de nosso plano estratégico. Reforçamos o Núcleo de Investigação de Pessoas com Foro Privilegiado. Além disso, nos capacitamos em tecnologia, com o Laboratório de Lavagem de Dinheiro e o Business Intelligence.

A mais recente meta a ser atingida é fazer zerar os julgamentos das contas dos Prefeitos pelas Câmaras de Vereadores, em face da importância dessa decisão sobre a inelegibilidade de gestores, e já temos vários Termos de Ajustamento de Conduta assinados com os presidentes dos Legislativos locais com esse objetivo. Prosseguiremos atentos a todos os obstáculos que se colocarem contra a compromissada e efetiva atuação das mulheres e homens que compõem o MPMA, operários da cidadania e guerreiros dos princípios republicanos e da supremacia da Constituição. Que o prêmio que conquistamos juntos, inédito em nossa história institucional, possa refletir todos os esforços construídos cumulativamente, nos anos anteriores e continue nos motivando a seguirmos em frente, de forma competente, desassombrosa e eficaz na defesa da cidadania e dos direitos indisponíveis de todos os maranhenses. Avante MPMA!

**Procurador-Geral de Justiça.*



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ministério Público discute aplicação do Fundef no MA

Fundo da Educação foi substituído por outro, que abrange toda a educação básica brasileira

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou ontem, no Tribunal de Contas do Estado (TCE), de uma reunião com representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem). O objetivo era tratar da aplicação dos recursos devidos aos municípios maranhenses, provenientes da sentença condenatória que versa sobre a complementação do Fundef.

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb) e é composto por recursos de cada estado e complementado pela União nos casos em que não alcance o valor mínimo previsto nacionalmente.

Participaram da reunião, o presidente do TCE, Caldas Furtado; a representante do Ministério Público de Contas, Flávia Gorzalez; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAO) em exercício, Érica Beckman; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Marco Antonio Santos Amorim; o presidente da Famem, Cleomar Terna; re-

MAIS

Ação transitou em julgado em 2015

Em 1999, o Ministério Público Federal em São Paulo propôs ação contra a União. Foi constatado que os repasses financeiros que foram efetuados eram inferiores ao devido. O caso, que transitou em julgado em 2015, foi concluído com sentença que condenou a União a pagar as diferenças de complementação do Fundef aos municípios.

presentes do setor jurídico do TCE e Famem; e prefeitos de Codó, Tutóia, Anapurus e Gonçalves Dias.

A reunião foi solicitada pela Famem, que pede que os valores referentes aos precatórios não sejam aplicados 100% na educação. De acordo, com a Famem, os prefeitos querem aplicar por exemplo 30% na educação, 20% na saúde e o restante de acordo com as necessidades. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 08 / 08 / 2017	Página 03	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Município e MP firmam Termo de Cooperação Técnica

CAJAPIÓ - O Ministério Público do Maranhão (MP) e a Prefeitura de Cajapió assinaram, na quinta-feira, 3, o Termo de Cooperação Técnica nº 16/2017, que prevê a implementação do projeto "Ler, Escrever e Pensar - Conscientizar para transformar" nas turmas do 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Com prazo inicial de quatro

anos, o Termo de Cooperação prevê as obrigações do Ministério Público e da Prefeitura. Cabe ao MP, por exemplo, a seleção das obras literárias a serem usadas, a apresentação do calendário de execução do projeto em etapas anuais e a publicação de revista com as redações premiadas. Também está previsto que a instituição deverá realizar palestras sobre a necessidade de manutenção e cuidado com as escolas, abordando, inclusive, as responsabilidades decorrentes das práticas de vandalismo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	9

MPMA e Município de Cajapió firmam Termo de Cooperação Técnica

O Ministério Público do Maranhão e a Prefeitura de Cajapió assinaram, na última quinta-feira, 3, o Termo de Cooperação Técnica nº 16/2017, que prevê a implementação do projeto "Ler, Escrever e Pensar – Conscientizar para transformar" nas turmas do 9º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

Na assinatura do documento, o Ministério Público do Maranhão foi representado pelas promotoras de justiça Alessandra Darub Alves (Comarca de São Vicente Férrer) e Érica Beckman, coordenadora em exercício do Centro

de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp- Educação). O Município de Cajapió foi representado pelo prefeito Marcone Pinheiro Marques.

Com prazo inicial de quatro anos, o Termo de Cooperação prevê as obrigações do Ministério Público e da Prefeitura. Cabe ao MPMA, por exemplo, a seleção das obras literárias a serem usadas, a apresentação do calendário de execução do projeto em etapas anuais e a publicação de revista com as redações premiadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
DATA	08 / 08 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

OCORRÊNCIA POLICIAL

Mulheres sofrem com violência em São Luís

A cada três ocorrências nos plantões de delegacias, uma é de violência contra a mulher. De janeiro a junho deste ano, foram mais de duas mil, segundo a DEM. CIDADES 1





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>8</i> / 08 / 2017	Página <i>6</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Davinópolis MP vistoria construção do Centro de Internação para jovens infratores

O Ministério Público do Maranhão realizou uma vistoria na última sexta-feira, 4, na obra do prédio do Centro de Internação Provisória e Definitiva para jovens infratores. A inspeção foi realizada pelo titular da 7ª Promotoria de Justiça em Defesa da Infância e da Adolescência de Imperatriz, Alenilton Santos. O prédio está localizado no município de Davinópolis e, depois de pronto, deve atender toda a Região Tocantina. Com obras paradas desde junho de 2015, o Ministério Público investigou o caso, resultando em uma Ação Civil Pública (ACP) proposta em outubro de 2015. Na Ação, o MPMA pede que a Justiça obrigue o Governo Estadual e a empresa responsável, Agrocil Agronegócios e Construção LTDA, a entregar o prédio em seis meses.

No entanto, até o momento o Ministério Público não foi informado se o pedido foi analisado pela Justiça, apesar de já terem sido expedidas outras duas petições solicitando a análise do caso.

A vistoria contou com um técnico em edificações do MPMA e um representante da empresa.

O objetivo foi avaliar o estado de deterioração da obra devido à paralisação dos trabalhos.

Constatou-se que o prédio apresenta várias rachaduras, infiltrações por conta da água das chuvas, problemas ocasionados pela falta de acabamento da obra. Além disso, o encanamento e fiação elétrica já instalados foram furtados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>ATOS, FATOS & BARATOS</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>8</i> / 08 / 2017	Página <i>2</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

Segundo o Dossiê da Mulher, o ano de 2016 registrou 28.105 mulheres vítimas de lesão corporal dolosa qualificada. A cada hora, pelo menos três mulheres são agredidas fisicamente em ambiente doméstico e familiar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 08 / 08 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Dinheiro da educação para outras áreas

Famem vai protocolar pedido para que aplicação de recursos do Fundef recuperados possam ser utilizados em várias áreas e não apenas na educação

PAULO DE TARSO JR.

Uma tentativa de uniformizar a aplicação dos recursos do extinto Fundef que estão em vias de ser recebidos por 13 municípios maranhenses. É com esse objetivo que a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) vai apresentar, hoje (8), um pleito formal à Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão sobre o assunto. Esta foi a decisão tomada durante reunião ocorrida ontem no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA). Na prática, a Famem quer que os municípios possam usar o dinheiro da educação em outras áreas sem que haja algum tipo de prejuízo aos prefeitos.

Em contato com o jornal *O Imparcial*, Cleomar Tema explicou as razões que estão levando a Famem a procurar uma decisão uniforme sobre o assunto. A maior preocupação do órgão é com os diferentes entendimentos por parte da Justiça. Em algumas decisões, os recursos do Fundef seriam indenizatórios, o que permitiria o seu uso em qualquer área. Em outras, estes mesmos recursos estariam vinculados à educação e, por isso, só poderiam ser usados para suprir necessidades educacionais.

"Já entrou este ano recursos para 13 municípios. E isso acontece porque as decisões judiciais são diferentes. Cada juiz está tendo uma posição diferente. Então, a Famem foi lá para ver se uniformiza. Para a Famem, é uma verba indenizatória, ela é uma verba livre e o município vai aplicar onde achar que deve aplicar. Alguns juízes entendem que é indenizatória, outros não, e dizem que é da educação. É uma confusão danada", afirmou o presidente da Famem, Cleomar Tema.



Famem defende que municípios possam usar recursos do Fundef em várias áreas

RECURSOS

A discussão sobre o assunto é antiga. Os recursos em questão foram recuperados em ações já transitadas em julgado e em precatórios judiciais expedidos. Para exemplar, de reunião de ontem o presidente do TCE-MA, conselheiro Carlos Fernando, o procurador-geral do Maranhão, Paulo Sérgio de Mattos, e o procurador-geral do TCE-MA, Paulo Sérgio de Mattos, a procuradora Flávia Gonçalves Leite, representante o Ministério Público de Contas (MPC), o presidente do Famem, Cleomar Tema, credenciados em outras assembleias. Os recursos cuja prestação de desoneração está sendo dada de acordo com o artigo anterior e o tratamento do extinto João Avelino, em que foram de mesma natureza. A sugestão da Famem é o mesmo termo. Os recursos do Fundef não devem ser aplicados indiscriminadamente na educação e, muito menos, de forma livre. Para isso, uma conta simples: o dinheiro não pode ser determinado 50% para a educação para a saúde (50% e 20% respectivamente). Não querendo, os 50% restantes poderiam ser destinados a outras áreas como infraestrutura, saneamento básico, por exemplo. A ideia do TCE-MA só vai se concretizar se a questão é bem posicionada a respeito em Assembleia e depois a apresentação da proposta de Pleito em Assembleia, uma nova rodada de discussões com o órgão e sua aprovação por parte, será realizada.

Bloqueio

No fim de julho, os juízes federais Nelson Loureiro dos Santos, da 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Maranhão, Gabriella Moura Vaz de Oliveira, da Subseção Judiciária de Coité, e Victor Curado Silva Pereira, da Subseção Judiciária de Balsas, em decisões liminares, determinaram o bloqueio do pagamento de honorários em ações de recuperação de diferenças do Fundef dos municípios de Gonçalves Dias, Fortaleza dos Nogueiras, Parnarama e Pinheiro. Na decisão, foi determinado que os recursos da educação não poderiam ser utilizados para outra finalidade.

As decisões dos magistrados foram tomadas a partir de Ações Cíveis Públicas ajuizadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) e se referem a ações que já estão com precatórios expedidos, inclusive com desaque dos honorários determinado pelo juízo de execução.

O bloqueio estabelecido pelas decisões judiciais ocorre apenas sobre o pagamento dos honorários advocatícios, não prejudicando o recebimento dos recursos do Fundef pelos municípios e sua efetiva apli-

cação em ações destinadas à melhoria do sistema educativo municipal.

O volume de recursos públicos que será recebido em 2017 via precatórios por apenas doze municípios a título de recuperação de créditos do Fundef será da ordem de R\$ 224 milhões. Desse total, R\$ 47 milhões seriam destinados apenas ao pagamento de honorários e R\$ 20 milhões já foram objeto da suspensão de pagamentos determinada pelos juízes federais.

Ações Cíveis

O ajuizamento de Ações Cíveis Públicas pela Advocacia-Geral da União faz parte das estratégias da ação interinstitucional "O dinheiro do Fundef é da educação: por uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses", que envolve diversos órgãos da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, como Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público Estadual (MPE), entre outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 08 / 08 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

FRAUDAR LICITAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) na 1ª Região ofereceu denúncia contra o prefeito de Bela Vista do Maranhão (MA), Orias de Oliveira Mendes, por fraude em licitação e desvio de recursos públicos. Relatório de Fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU) comprovou que houve pagamento indevido de mais de R\$ 27 mil por serviços não executados.

Mendes é acusado de desviar recursos públicos em benefício próprio mediante o direcionamento de licitação para a reforma de 16 escolas do Município com verbas repassadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em janeiro de 2013, o prefeito realizou a Tomada de Preços nº 01/2013 para a contratação de empresa do ramo de construção civil, a fim de realizar a reforma de 16 escolas, no valor estimado de R\$ 510.407,91. A empresa G Da Silva Coelho (Construtora Matheus) venceu o certame com uma proposta global de R\$ 494.294,88.

Segundo o relatório, a licitação não foi divulgada conforme determina a Lei nº. 8.666/93, pois a prefeitura não se utilizou de nenhum dos jornais de grande circulação no Maranhão, realizando a divulgação em jornal desconhecido e de baixa circulação, bem como no Diário Oficial do Estado do Maranhão. De acordo com o procurador regional da República Alexandre Espinosa, "em consequência lógica dessa fraude ao caráter competitivo da licitação consistente na falta de divulgação, apenas a empresa Construtora Matheus manifestou interesse em participar do certame, muito embora existissem diversas empresas com capacidade técnica que poderiam prestar serviços de reforma na referida municipalidade".

Verificou-se ainda que a divulgação feita nesses dois veículos foi divergente em relação à data que ocorreria o certame. Isso causou mais prejuízos para a divulgação do processo e demonstra a intenção do prefeito em fraudar o caráter competitivo do procedimento, mediante o direcionamento do certame em favor da empresa Construtora Matheus.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 3		

Operação Draga

Juiz revoga cautelares e diretor poderá voltar a frequentar Emap

OSWALDO VIVIANI

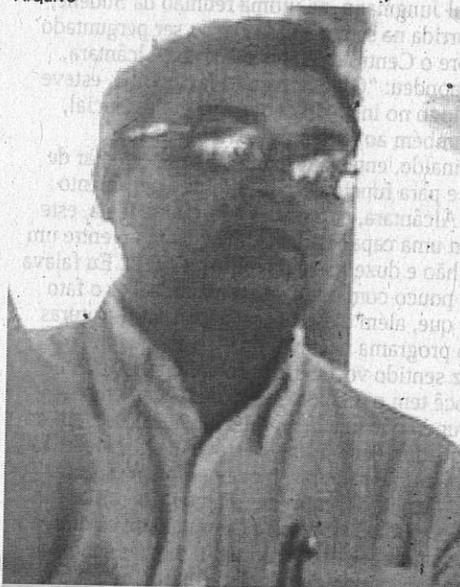
Foram revogadas, no último dia 3, as medidas cautelares que atingiam José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante, diretor de Engenharia e Manutenção da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), um dos alvos da Operação Draga, que a Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de 12 de julho.

José Eugênio é investigado por fraude na licitação, execução e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui, em São Luís.

As medidas cautelares revogadas agora, por decisão do juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares (da Central de Inquéritos e Custódia), dizem respeito à proibição, por 90 dias, de o diretor José Eugênio Mendonça ter acesso ou frequentar a Emap, além de ter suspensão, pelo mesmo período, o exercício de sua função pública.

A revogação do juiz Flávio Roberto prevê o cumprimento das duas medidas por apenas 30

Arquivo



José Eugênio é investigado por fraude na licitação, execução e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento do Porto de Itaqui

dias (em vez de 90), contando a partir de 12 de julho (data da realização da Operação Draga); ou seja, o prazo venceria no próximo dia 11 de agosto (sexta-feira). Para o magistrado, um mês (30 dias) é “prazo suficiente para a realização de diligências e a conclusão do inquérito policial”.

O juiz também concordou com o argumento da defesa de José Eugênio de que ele “não ocupava cargo na Emap na época do procedimento licitatório investigado e que o cargo que ocupa atualmente (diretor de Engenharia e Manutenção) não é de ordenador de despesas, nada podendo fazer para embarçar as ações policiais”.

José Eugênio é marido de Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, promotora titular de São José de Ribamar.

Além dele, foi alvo da Operação Draga, da PF, o coordenador de Projetos da Emap, Lucídio Frazão, a quem igualmente foram direcionadas as mesmas medidas cautelares que atingiram o diretor de Engenharia e Manutenção. No caso de Frazão, as cautelares não foram revogadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TJMA determina intervenção do Estado em Matões por inadimplência

Os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgaram procedente uma representação para intervenção do Estado no Município de Matões, em razão de descumprimento de ordem judicial. A decisão unânime não afasta o prefeito do cargo e é com o fim específico de assegurar que a administração municipal pague precatório no valor de R\$ 247.417,86, devido ao Estado. O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro, relator da representação interventiva, determinou que a decisão seja comunicada ao governador do Estado, a quem cabe decretar e executar a intervenção. Os autos serão encaminhados ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, a quem compete comunicar o teor da decisão ao chefe do Executivo. De acordo com o voto do relator, o fundamento da medida está relacionado com o descumprimento de ordem judicial relativa a precatório datado de 2003. Castro verificou que

o Município de Matões possui dívida, oriunda de sentença transitada em julgado, que originou o precatório, pendente de pagamento desde o ano de 2004, situação que configura patente transgressão à Constituição Federal, bem como à Estadual, ante o comportamento recalcitrante de inadimplência. O Município sustentou a inclusão da despesa no orçamento para o exercício financeiro de 2013, mas o relator, de acordo com o parecer do Ministério Público do Maranhão (MPMA), entendeu que a mera inclusão não se mostra suficiente para afastar a inadimplência. Vicente de Castro disse que, mesmo tendo oportunidade, em mais de uma ocasião, de demonstrar, por meio de documentos, o pagamento da dívida existente, o Município limitou-se em insistir que o débito era de responsabilidade de gestão anterior. Além de registrar a ausência de pagamento, o relator considerou inexistente qualquer justificativa capaz de afastar a medida pleiteada

pelo Estado, entendendo que o Município demonstrou patente descaso ao agir como se o cumprimento da determinação judicial dependesse da conveniência do gestor. Após citar decisões semelhantes do próprio TJMA, o desembargador Vicente de Castro destacou não ser o caso de regime especial de pagamento, uma vez que o Município não se manifestou pelo parcelamento, e também entendeu não caber a determinação de sequestro ou bloqueio de verbas públicas, diante da ausência de pedido pela parte credora, sendo, além disso, medida de atribuição da Presidência do Tribunal. O relator votou pela procedência da representação, para reconhecer a pertinência da intervenção estadual no Município de Matões, a fim de que seja efetivado o pagamento do precatório em favor do Estado. O voto, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, foi acompanhado pelos demais desembargadores presentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	02 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

30% dos professores da rede municipal aderiram à greve

Aulas não estão sendo ministradas em algumas escolas; com isso, alunos estão sendo prejudicados



Sem professores em algumas salas, alunos estão sendo prejudicados

Cerca de 1.300 professores da rede municipal de ensino de São Luís já aderiram à greve da categoria, iniciada na semana passada. Com isso, 30% dos docentes estão de braços cruzados, o que prejudica as atividades letivas de algumas escolas.

De acordo com o Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindicatão), a adesão dos profissionais está sendo gradativa. O sindicato afirma ainda que alguns docentes, que têm vínculos com a prefeitura por meio de contratos temporários, estão ficando subempregados, uma vez que eles estão assumindo várias turmas no lugar dos docentes que decidiram pela paralisação.

Com isso, em algumas escolas as aulas estão sendo lecionadas normalmente enquanto em outras, não. Nessas últimas, os alunos são liberados mais cedo por falta de professores. Nas unidades, o funcionamento está acontecendo em apenas um turno, quando na verdade ambas deveriam estar em atividade.

Reivindicações

Segundo o Sindicato, a greve dos professores é decorrente da falta de negociações com relação ao ajuste salarial 2017 e por causa da lentidão na reforma de escolas municipais. De acordo com o sindicato, mais de 30 escolas no capital ainda não iniciaram o ano letivo por falta de condições dos prédios, que não oferecem estrutura adequada e segurança para professores e alunos.

A categoria decidiu pela greve geral depois que a Prefeitura de São Luís saiu da última mesa de negociação sem oferecer nenhum reajuste para os profissionais do magistério. A proposta de reajuste salarial deliberada em assem-

REIVINDICAÇÕES

- Construção de creches e escolas
- Melhoria na infraestrutura das escolas
- Melhores condições de trabalho
- Alimentação escolar de qualidade
- Regularização do transporte escolar
- Reajuste salarial de 7,64%
- Quitação das perdas salariais de 2012 à 2016, que somam 16,7%

NÚMEROS

89 mil
alunos estão matriculados na rede municipal

5.085
é a quantidade de professores da rede municipal de ensino

268
escolas gerenciadas pela Prefeitura

bléia e encaminhada à Prefeitura de São Luís é de 7,64%, mas o parcelamento das perdas salariais que chegam a 16,07% e ainda uma gratificação de incentivo docente de R\$ 400,00 para os professores efetivos, de acordo com o Sindicato.

A Prefeitura de São Luís foi procurada por O Estado para se manifestar sobre as reivindicações dos professores da rede municipal de ensino em greve, mas até o fechamento desta página nenhuma resposta foi obtida. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog	() Outros	
DATA 08 / 08 / 2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Licitação para gestão de terminal rodoviário é adiada em São Luís

Processo licitatório estava previsto para o dia 11, mas foi suspenso após terem sido identificados problemas no edital; nova data deve ser divulgada

Foi adiada a data para a realização do processo licitatório para a contratação de nova empresa que vai gerenciar o Terminal Rodoviário de São Luís, localizado na Avenida dos Franceses. A contratação pública seria realizada nesta sexta-feira, dia 11. Contudo, não vai mais ocorrer.

Na sexta-feira, dia 4, o governo do Estado, por meio da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL), divulgou o Aviso de adiantamento da concorrência pública que tem o objetivo de contratar uma empresa que vai ficar responsável por gerir o terminal rodoviário.

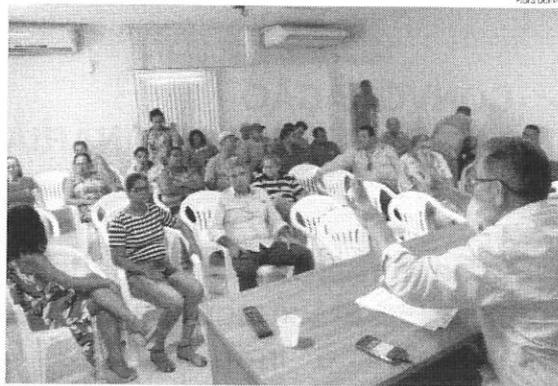
O Aviso de adiantamento não aborda os motivos que levaram a suspensão da licitação prevista para o dia 11. De acordo com o Governo do Estado, houve questionamentos técnicos por parte dos concorrentes a CCL, optou por analisá-los detalhadamente. Dessa forma, o edital foi suspenso e nos próximos dias ele será republicado, com a nova data de quando acontecerá a licitação.

No dia de ontem, houve uma nova reunião entre a Associação dos Comerciantes, Prestadores de Serviços e Usuários do Terminal Rodoviário de São Luís (Rodoservice) e a empresa RMC Comércio Serviços LTDA, que atualmente gerencia a rodoviária, mediada pela Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB). O objetivo mais uma vez foi discutir os problemas do terminal de passageiros para que fossem encontradas soluções.

Impasses

De acordo com a Rodoservice, a principal reclamação dos trabalhadores que atuam na rodoviária é com a presença da empresa RMC Comércio e Serviços Ltda, que administra o terminal. Segundo a associação, essa empresa atua na rodoviária há mais de 10 anos sem ter um contrato formal com o Governo do Estado. Os permissionários pagam o aluguel dos espaços e esse dinheiro não é revertido em melhorias para o terminal.

Por causa da falta de investimentos, os comerciantes reclamam da falta de estrutura do espaço. Eles alegam que, quando chove, vários pontos dentro da rodoviária ficam alagados; existem



Reunião de permissionários com MOB discutiu os problemas do terminal de passageiros para encontrar soluções

SAIBA MAIS

Está prevista para hoje uma inspeção do Corpo de Bombeiros no Terminal Rodoviário de São Luís. A inspeção atende a uma determinação do juiz Douglas de Melo Martins.

poucos bombeiros para atender a demanda e a segurança do espaço é insuficiente, pois no posto policial existem apenas dois militares. Os problemas na rodoviária são antigos. No dia 6 de julho do ano passado, o Ministério Público (MP) interpôs uma ação na Justiça solicitando a interdição do terminal rodoviário. A ação foi resultado de uma investigação de várias irregularidades no terminal, em que também foram apontadas falhas graves no sistema de combate a incêndio e pânico.

O processo teve início no dia 22 de junho. Foi protocolada no MP uma representação do presidente da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), relatando diversas irregularidades na rodoviária, como casos de prostituição, tráfico de drogas e outros, para que fosse feita a mobilização das forças policiais para combater essas situações.

titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que determinou o Estado providenciasse algumas melhorias no espaço para reforçar a segurança dos frequentadores.

Um procedimento investigatório foi aberto para apurar as informações relacionadas e, aproveitando a oportunidade, o Ministério Público iniciou laudos técnicos do

Processo teve início no dia de junho

Foi protocolada no MP representação do MOB

Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, la com o laudo do Corpo de Bombeiros em mãos, o promotor Cláudio Guimarães, da promotoria de Controle Externo da Atividade Policial, tomou conhecimento da situação preocupante em que se encontra-

va o terminal e solicitou à Justiça a interdição da rodoviária.

Diante da gravidade do laudo do Corpo de Bombeiros, e por entender que o funcionamento da rodoviária de São Luís, nas atuais condições, colocava em risco a vida das pessoas que ali transitam ou desempenham suas atividades laborais, o Ministério Público requereu a interdição do terminal e a imediata reforma e as adaptações devidas, dentro do prazo de 60 dias.

O juiz Douglas de Melo Martins acolheu em parte o pleito ministerial, por entender que a interdição da rodoviária naquele momento seria uma medida desproporcional. Em sua decisão, o magistrado lembrou que o transporte é um serviço essencial e que a paralisação do único terminal rodoviário da cidade, sem a alternativa do outro local para a prestação do serviço, causaria danos aos usuários.

O juiz reconheceu a necessidade de se assegurar aos usuários e funcionários do terminal condições seguras para o desenvolvimento de suas atividades. Segundo ele, a medida objetiva o cumprimento de normas técnicas que visem a resguardar a segurança e a integridade físicas das pessoas, por meio da adoção de mecanismos que diminuam o risco de incêndio. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Uso de depósitos para pagar precatórios é questionado no STF

Procurador-geral da República aponta inconstitucionalidade de sete normas paulistas; prática é adotada também pelo governador Flávio Dino

GILBERTO LÉDA
Da coluna de Política

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apurou no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra sete normas paulistas que tratam do repasse de depósitos judiciais e administrativos ao Poder Executivo do Estado de São Paulo para o pagamento de precatórios.

No fim do mês de julho, no Maranhão, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, autorizou a habilitação do Executivo para o pagamento de precatórios com verba desse mesmo tipo de depósito.

Para Janot, as normas paulistas transferem depósitos considerados essenciais à função de juízes, ao direito fundamental de propriedade dos titulares de direitos, ao direito fundamental de acesso à justiça, ao princípio do devido processo legal substancial e à direção razável do processo.

O procurador-geral explica que o Decreto 62.411/2007 determina transferência à conta única do tesouro de 75% do montante atualizado dos depósitos judiciais e administrativos, tributários e não tributários, em processos em que o estado, suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes sejam parte, em processos sob jurisdição de quaisquer tribunais. E de 10% do montante atualizado dos demais depósitos judiciais e administrativos, em processos do Tribunal de Justiça, excetuando os destinados à quitação de créditos de natureza ultrajudicial. Previsões semelhantes constam dos Decretos 66.933/2002, 51.634/2007, 52.789/2008 e 61.499/2015.

Por sua vez, a Portaria 9.397/2017 regulamenta procedimentos internos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), no tocante à habilitação de áreas federadas no acobramento de



Prefeito de Marabá, Coutinho, aliado de Dino, sofreu intervenção judicial

transferências de depósitos judiciais, bem como regulamentar as atribuições do Banco do Brasil, as providências a serem tomadas em caso de insuficiência de saldo do fundo garantido e a exclusão de este fundo do regime da FC-94/2016 em caso de descumprimento por três vezes da recomposição do fundo. Já a Lei paulista 12.767/2007 autoriza a transferência ao tesouro estadual de 70% dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos judiciais e administrativos, de que seja parte o estado.

Conta única

Na avaliação de Janot, todas as normas adotam transferência de valores depositados judicial e administrativamente à conta única do estado, a fim de assegurar o pagamento de precatórios judiciais, dívida fundada e outros gastos.

"Previsões desse teor não encontram amparo na Constituição da República, ainda que posteriores à autorização conferida pela

MAIS

Janot ajuizou também Adin

Além da ação específica contra as normas paulistas que autorizam o uso dos depósitos, Janot ajuizou no Supremo uma Adin anterior em que questiona a própria Emenda Constitucional (EC) 94/2016, na parte em que insere a possibilidade de utilização de depósitos judiciais para pagamento de precatórios.

Emenda Constitucional 94/2016, porquanto esta padecer igualmente de inconstitucionalidade e esta submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal", alega, numa referência à ADI 5979, de relatoria do ministro Luis Roberto Barroso.

No Maranhão, R\$ 90 milhões serão retirados de depósitos

Valendo-se de norma parecida com a paulista, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PGLB), conseguiu autorização do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, para utilizar R\$ 90 milhões de depósitos judiciais em precatórios.

A decisão foi tomada no bojo de um processo administrativo protocolado pela Procuradoria-Geral de Estado (PGE) pouco antes de o Judiciário liberar uma lista com 175 alvarás de credores prioritários que já começaram a ser pagos. No total, são 321 beneficiários considerados prioritários.

O governo tentou a habilitação para uso dos depósitos no dia 12 de julho, mas teve o pedido inicialmente negado pela juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, gestora em exercício da Coordenadoria de Precatórios.

O indeferimento inicial se deu por questões formais. Uma portaria do Tribunal de Justiça, de 4 de julho, define uma série de documentos a serem apresentados em caso de solicitação de habilitação para uso dos depósitos.

Segundo a magistrada, o governo apresentou apenas um deles. "Certidão de lavra da Coordenadoria de Precatórios atesta que o Estado do Maranhão instruiu os autos tão somente com o Termo de Compromisso firmado pelo Governador do Estado referente à utilização dos depósitos judiciais em que o ente federado não é parte", despatchou ela. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 3		

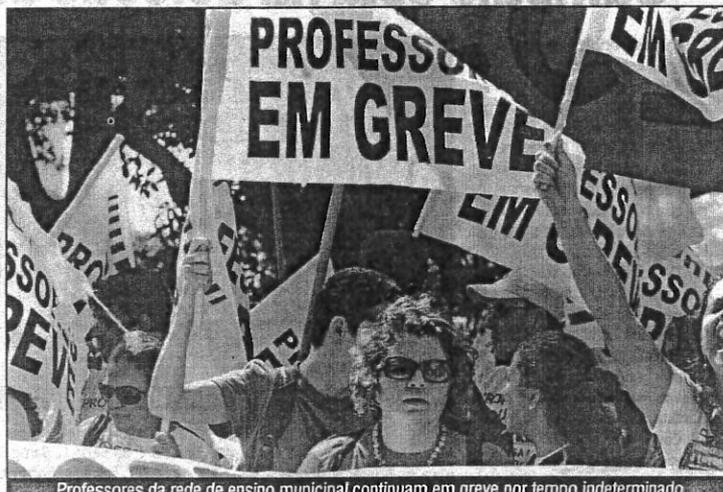
Professores da rede municipal entram no sétimo dia de greve sem acordo

A greve dos professores da rede municipal de ensino em São Luís, deflagrada na última terça-feira (1º), chega ao sétimo dia.

A categoria afirma que ainda não houve respostas por parte da Prefeitura de São Luís sobre a situação dos professores e por isso a paralisação continua.

Os professores pedem um aumento salarial de 7,64%, além da melhoria da infraestrutura das escolas, construção de creches, melhoria na qualidade da alimentação e transporte escolar, segurança nos ambientes escolares e quitação das perdas salariais de 2012 a 2016 que somam 16,7%.

O Sindicato dos Professores (Sindeducação) afirma que o ano letivo ainda nem começou em pelo menos 30 escolas municipais e ainda de acordo com os professores, cerca de 90% das escolas apresentam algum tipo de problema. A categoria estima



Professores da rede de ensino municipal continuam em greve por tempo indeterminado

que mais de 1500 professores da rede municipal de ensino já aderiram ao movimento.

A presidente do sindicato, Elizabeth Castelo Branco, explica a categoria cobra a re-

forma de escolas por meio do dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que foi repassado para a Prefeitura de São Luís. "Não só melhoria com as

escolas que já existem, mas principalmente o recurso que veio do FNDE para a construção de 25 creches, 20 escolas e 9 quadras. É isso que nós queremos", explica.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 6	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Bela Vista do Maranhão

MPF denuncia prefeito por fraude em licitação e desvio de recursos

O Ministério Público Federal (MPF), na 1ª Região, ofereceu denúncia contra o prefeito de Bela Vista do Maranhão, Orias de Oliveira Mendes, por fraude em licitação e desvio de recursos públicos. Relatório de Fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU) comprovou que houve pagamento indevido de mais de R\$ 27 mil por serviços não executados. Mendes é acusado de desviar recursos públicos em benefício próprio mediante o direcionamento de licitação para a reforma de 16 escolas do Município com verbas repassadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Em janeiro de 2013, o prefeito realizou a Tomada de Preços nº 01/2013 para a contratação de empresa do ramo de construção civil, a fim de realizar a reforma de 16 escolas, no valor estimado de R\$ 510.407,91. A empresa G Da Silva Coelho (Construtora Matheus) venceu o certame com uma proposta global de R\$ 494.294,88.

Segundo o relatório, a licitação não foi divulgada conforme determina a Lei nº. 8.666/93, pois a prefeitura não se utilizou de nenhum dos jornais de grande circulação no Maranhão, realizando a divulgação em jornal desconhecido e de baixa

circulação, bem como no Diário Oficial do Estado do Maranhão. De acordo com o procurador regional da República Alexandre Espinosa, "em consequência lógica dessa fraude ao caráter competitivo da licitação consistente na falta de divulgação, apenas a empresa Construtora Matheus manifestou interesse em participar do certame, muito embora existissem diversas empresas com capacidade técnica que poderiam prestar serviços de reforma na referida municipalidade".

Verificou-se ainda que a divulgação feita nesses dois veículos foi divergente em relação à data que ocorreria o certame. Isso causou mais prejuízos para a divulgação do processo e demonstra a intenção do prefeito em fraudar o caráter competitivo do procedimento, mediante o direcionamento do certame em favor da empresa Construtora Matheus.

SERVIÇOS NÃO PRESTADOS

Em relação ao desvio de recursos públicos, foi verificado que a empresa recebeu pagamentos por serviços não executados. Em auditoria realizada em quatro das dezesseis escolas que deveriam ser beneficiadas com os serviços contratados, foi identificado pagamentos com verbas do Fundeb para serviços não realizados no valor de R\$ 27.963,27, pagos pela prefeitura



O prefeito Orias Mendes foi intimado a prestar esclarecimentos na Polícia Federal

à empresa que, posteriormente, repassou os valores para Mendes. Os serviços seriam retirada de ripas e tesouras de madeira, colocação de ripas de madeira que apoiam telhas e instalação de tesouras de madeira. O próprio fiscal de obras responsável pela realização das medições dos serviços foi categórico ao afirmar que em nenhuma das 16 escolas foi instalada a "tesoura completa em maçaranduba serrada para telhados". Mendes foi intimado a comparecer na sede da Polícia Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos denunciados, mas não compareceu e nem apresentou qualquer justificativa. O MPF

pede a condenação do acusado por fraude no caráter competitivo do procedimento licitatório (Art. 90, da Lei 8.666/93), com pena de detenção que varia de seis meses a dois anos, e por crime de responsabilidade (Decreto-Lei 201/67), com pena de reclusão, de dois a doze anos. As penas podem ser aumentadas caso seja configurado crime continuado. Além disso, o MPF quer a decretação da perda de cargo e a inabilitação do denunciado, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, e o pagamento de R\$ 27.963,27 a título de reparação do dano causado à União.

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 3		

Deputado afirma que governo vai gastar quase R\$ 5 milhões com aluguel de avião

O deputado Edilázio Júnior (PV) informou que, após suas denúncias, na tribuna da Assembleia Legislativa, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) já está investigando o aluguel de uma aeronave de uso exclusivo de transporte particular para o Governo Flávio Dino (PCdoB).

Naquela ocasião, Edilázio apresentou documentos, levantou a irregularidade na "gestão comunista" e cobrou transparência no Executivo.

A aeronave, segundo o parlamentar, está sob inves-

tigação da Anac e pertence a Heringer Táxi Aéreo. Trata-se de um Cessna Citation VII C650 de asa fixa e prefixo PR-JAP, que foi apresentada pela empresa como sua opção de avião a jato para o Governo do Maranhão na licitação encerrada no final do mês julho.

Edilázio Júnior explicou ainda que, de acordo com o contrato, assinado no dia 26 do mês passado, o Governo deve pagar, só pelo aluguel desse avião, mais de R\$ 4,6 milhões pelos próximos 12

meses.

Conforme o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), da Anac, a aeronave alugada ao Executivo está na categoria de serviços aéreos privados e não pode ser utilizada comercialmente. O caso foi abordado na edição do O Estado. As informações sobre a investigação foram dadas por Gecivaldo Santos Pires da Silva, assessor de imprensa do órgão.

"O proprietário/operador de uma aeronave privada não pode realizar voos para tercei-

ros mediante remuneração. O serviço remunerado só pode ser realizado por aeronaves de categoria táxi-aéreo ou de Serviço Aéreo Especializado", destacou.

Ele confirmou a abertura de um processo administrativo para investigar se a empresa descumpriu as normas de aviação civil brasileiras. "Em relação ao caso, informamos que a ANAC abriu um processo administrativo para apurar se houve descumprimento às normas de aviação civil", completou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	04
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Quatro mortes violentas no início da semana

Um homem foi atacado a facadas e morreu no Hospital Socorrão I. Outra vítima, não identificada, foi morta a tiros. Os dois crimes aconteceram em comunidades de São José de Ribamar

DOUGLAS CUNHA

Quatro homicídios marcaram o início desta semana na Grande São Luís e não se tem conhecimento da prisão de nenhum dos autores destes crimes. No Instituto Médico Legal deu entrada o cadáver de um adolescente identificado como Sandro Silva Serra, de 16 anos,

que teria sido morto a tiros, em local desconhecido. Também não foram esclarecidas a autoria e a motivação do crime.

Uma terrível coincidência aconteceu no Maracá, onde a vítima e o autor de um crime de homicídio tinham o mesmo nome. Ah, Josielson Ferreira matou a facadas, na noite de sábado, Josielson Silva Santos, 43 anos, na Rua São Lourenço, e fugiu. Na Avenida dos Africanos, foi encontrado um cadá-

ver do sexo masculino, apresentando várias perfurações de balas. Até o encerramento desta edição a vítima e o autor do crime não tinham sido identificados. No Cohatrac V, outro adolescente foi vítima de crime de homicídio. Trata-se de Abraão Soares Sousa, de 16 anos. Ele foi morto a tiros em circunstâncias não esclarecidas pela polícia. A autoria e a motivação do crime também são desconhecidas.



4 homicídios sem autoria definida

R\$ 330 MIL EM CARGAS

Universitário é suspeito de liderar quadrilha

O coordenador do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), delegado William Moraes, informou que o chefe da quadrilha suspeita de roubar cargas de supermercados do Piauí e um estudante de Direito, Cláudioilson de Araújo Silva, 23 anos, foi preso no último fim de semana.

Além do universitário, foram presos Rafael da Silva Sousa, 19 anos, Josivaldo Ferreira, 47, Cláudioilson Silva Pereira, 23, e Luiz Fior, 75 anos. Este último será autuado por associação criminosa, já que as cargas roubadas pela quadrilha estavam escondidas em seu sítio, na cidade de Timon (MA).

A quadrilha roubou cargas de dois supermercados nas cidades Valença e Esbôto Vêloso. De acordo com o Greco, as mercadorias de gêneros alimentícios e eletro-

domésticos são avaliadas em R\$ 330 mil. Toda carga foi recuperada pela polícia. "O Cláudioilson era o chefe. Ele que juntou os outros para roubar as cargas. Eles ficavam em postos de gasolina e escolhiam os caminhões. Viam o que estavam com preço baixo, por exemplo", conta o delegado.

O Greco não tem levantamento do número de roubo de cargas que a quadrilha já teria praticado. O que se sabe é que a prática deles é recente e que agiam no Piauí e Maranhão.

O delegado informou ainda que todos os presos, com exceção de Luiz Fior, possuem antecedentes criminais. Rafael da Silva Sousa, 19, usava uma moledreira eletrônica. Cláudioilson Pereira era foragido do sistema prisional do Estado e o estudante de Direito,



Delegado William Moraes comanda as investigações

Cláudioilson Silva, foi preso ano passado por roubo de carga no estado do Maranhão.

A Polícia Civil agora vai identificar os receptores da carga. A expectativa é de que mais pres-

so sejam presos. A suspeita é de que as mercadorias roubadas pela quadrilha eram repassadas a comerciantes do Piauí, que as revendiam por preço muito abaixo do mercado.

LATROCÍNIO

Idoso assassinado a pauladas por ladrão

As autoridades policiais de Lago do Junco continuam desenvolvendo investigações para elucidar um crime de latrocínio que teve como vítima um ido-

so identificado como Antônio Calcinha, que era aposentado e trabalhava como técnico em eletrônica.

Ele foi encontrado na sua

casa, apresentando muitas lesões provocadas a pauladas. Foi socorrido por familiares e levado para o Hospital Municipal, onde morreu. O dinheiro que havia re-

cebido, de sua aposentadoria, desapareceu, o que levou a polícia a acreditar que ele foi vítima de latrocínio. A autoria do crime é desconhecida ainda. (DC)

SÃO BENEDITO DO RIO PRETO

Bandidos assaltam agência dos Correios

No fim da manhã desta segunda-feira, bandidos não identificados invadiram a agência da Empresa de Correios, na cidade de São Benedito do Rio Preto, e

mantiveram reféns funcionários e clientes por alguns momentos. Depois fugiram levando todo o dinheiro que ali existia. O volume do dinheiro roubado não foi

revelado. A Polícia Militar, logo que tomou conhecimento do fato, deu início às buscas, visando capturar os assaltantes, o que até o momento do encerramento desta

edição não havia ocorrido. Todas as unidades policiais de cidades da região foram comunicadas e estão mobilizadas para as investigações. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
(X) O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral (X) Polícia
() O Imparcial	() A tarde	() Outros	
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 08 / 08 / 2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Decretada prisão de autores da barbárie de Campo de Perizes

Líder do bando, Antônio Baixinho, e seu genro estão presos, mas a polícia procura mais quatro; todos estão com prisão preventiva decretada; uma das vítimas disse que só sobreviveu à chacina por ter fingido que estava morta

Já foi decretada pela Justiça a prisão preventiva do restante do bando que matou duas crianças e deixou um adolescente de 15 anos e um jovem de 24 anos gravemente feridos, na área de Campo de Perizes. A ordem de prisão foi solicitada pelo delegado Edvaldo Santos, que comanda as investigações e a denúncia Antônio Carlos Machado, o Antônio Baixinho, de 39 anos, e Josivan Serra Rego, de 28 anos. Quatro das envolvidas nessa barbárie estão sendo procuradas.

Outras, uma das vítimas da barbárie de Campo de Perizes, Romário de Jesus da Luz, de 24 anos, afirmou em entrevista, ontem, a **MIRANTE AM**, que teve que fingir de morto para não ser assassinado e fôlego e golpes de facão pelas crianças, que eram enfiados por Antônio Carlos Machado, o Antônio Baixinho, e Josivan Serra Rego, ambos envolvidos no crime.

Após de batimento de Jesus, os corpos foram levados para o Hospital Souza Costa, de 15 anos, que também já recebeu alta do Hospital Souza Costa. Já Edvaldo da Silva Costa, de 12 anos, e Roberto da Luz dos Santos, de 11 anos. Os dois últimos foram assassinados e seus corpos encontrados em uma cova rasa na área do crime.



Romário de Jesus levou tiros e vários golpes de faca, enquanto o menor ainda está com a bala na garganta

Os dois foram sepultados em domingo, no cemitério da Estiva, em clima de comoção.

"Fiquei que estava morto e eles acabaram me abandonando no meio do mato", declarou Romário de Jesus, que informou, ainda, que os criminosos estavam

parando a moto de fogo, e com a faca. Entre os acusados havia um adolescente de 16 anos. Todos circulavam no local de crime em motocicletas e veículos de linha de ônibus.

SAIBA MAIS

Moradores da Vila Samara

As quatro vítimas, que são moradores da Vila Samara, uma invasão na área da Estiva, saíram de casa na quarta-feira, dia 2, para pescar nos açudes localizados em Campo de Perizes. Duas crianças foram

assassinadas, e seus corpos encontrados dois dias depois, enterrados em uma cova rasa, enquanto as outras vítimas, apesar de baleadas e esfaqueadas, conseguiram escapar e já receberam alta médica.

“Fiquei que estava morto e eles acabaram me abandonando no meio do mato”, declarou Romário de Jesus.

ROBARIOS DE JESUS

Os pais de Jesus

Barbárie

Bando de levas disse que inicialmente Antônio Baixinho chegou a falar com eles, mas logo depois foram cercados pelo bando armado. Os criminosos exigiram que se ajoelhassem e que deixassem a moto. Em seguida, desarmaram os dois de imediato. Romário foi atropelado com uma moto na perna e levou vários golpes de faca, inclusive no pescoço e nos olhos.

Fueller da Silva levou um tiro no braço e vários cortes pelo corpo, enquanto Edvaldo da Silva e Roberto da Luz foram baleados à queima e mortos a tiros e golpes de faca por Antônio Baixinho. Os corpos das crianças foram encontrados em uma cova rasa, em uma área de matagal de terras devolutas que estavam sendo usadas para duplicação da BR-115. Ele recebeu alta médica, mas continua com a bala alojada no pescoço. "Eu fiquei sabendo da morte das crianças, que eram meus sobrinhos, no hospital e quero que seja feita justiça", declarou a vítima.

Dono de estúdio de publicidade é achado morto em Imperatriz

Sérgio Ferreira, natural do Paraná, mas há alguns anos residindo em Imperatriz, foi assassinado dentro de sua empresa; polícia abre inquérito para investigar e tenta identificar os criminosos

O dono de publicidade e proprietário do Studio 5TV, Sérgio Ferreira, natural do estado do Paraná, foi achado morto ontem, em seu empreendimento comercial, localizado no bairro Maranhão Novo em Imperatriz. De acordo com as informações, depois de um tempo em Imperatriz, Sérgio Ferreira, que é proprietário de um depósito fechado.



Sérgio do Studio 5TV, onde o corpo de Sérgio Ferreira foi encontrado

Uma das vítimas a pé. Um dos trabalhos foi a matança de um rato morto e um.

A vítima estava ferida desde a chegada ao local, com um corte profundo na cabeça e um ferimento na perna. O corpo do dono do estúdio 5TV, que estava a cargo de Sérgio Ferreira, estava na garagem, dentro de um veículo preto e em estado de choque da vítima. A polícia foi acionada e esteve no local em poucos minutos.

Os policiais investigaram o caso no quarto-feira, 7, e enviaram a polícia para o local, de acordo com o relatório. Os policiais também estão procurando o dono do estabelecimento comercial. Eles ainda trabalham no local, mas nada encontraram.

SAIBA MAIS

Idosa morre atropelada

A idosa Antônia Nice de Oliveira Machado, de 67 anos, foi atropelada e morta após sair de uma igreja evangélica, no Conjunto

Mais morte

A polícia ainda ontem não tinha conseguido prender os dois autores de um assassinato em São Bento do Paraíso, em Maranhão. Os dois foram mortos em uma rua de São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.

A vítima estava no bar de Chaves, no centro da cidade, quando levou dois tiros. Os autores do assassinato foram identificados e os dois foram presos em uma operação de polícia. Um dos autores do crime foi preso em São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.

Ex-presidiário é assassinado com quatro tiros na Vila Sapo

Polícia acredita que o crime tenha ligação com tráfico de drogas, no qual vítima e autor, identificado apenas como Romário, estavam envolvidos

O ex-presidiário foi atingido e matado com quatro tiros, identificado como Romário, de Jesus Sousa Ferreira, 35 anos, foi encontrado com quatro tiros, ontem, segundo a polícia. O crime ocorreu na Vila Sapo, área localizada entre o bairro de Balmista e a Areia. De acordo com os funcionários da polícia, o crime ocorreu em uma casa localizada na Vila Sapo, onde Romário estava morando com sua esposa e dois filhos. O crime ocorreu na Vila Sapo, área localizada entre o bairro de Balmista e a Areia. De acordo com os funcionários da polícia, o crime ocorreu em uma casa localizada na Vila Sapo, onde Romário estava morando com sua esposa e dois filhos.

FIQUE SABENDO

Operação realizada ontem pela Rotam

Os policiais militares do Batalhão da Rotam realizaram ontem uma incursão nos bairros da Camba e Liberdade que resultou na apreensão de droga, prisão de criminosos e duas pessoas ficaram baleadas. Entre os feridos uma mulher, nome não revelado. Foram visitados os apartamentos do Carandiru. Há informações de que houve troca de tiros entre militares e criminosos.

Tiros atingiram cabeça e tronco da vítima

Ontem esta semana foi investigada pela Superintendência Estadual de Homocídio e Prisão de Pessoas (SHPP), mas não havia registro de prisão de um dos autores do crime. O crime ocorreu na Vila Sapo, área localizada entre o bairro de Balmista e a Areia. De acordo com os funcionários da polícia, o crime ocorreu em uma casa localizada na Vila Sapo, onde Romário estava morando com sua esposa e dois filhos.

Preso acusado de estuprar a própria sobrinha

A equipe da Delegacia do Mulher (DEM) prendeu ontem, Domingos da Costa, acusado de estuprar a própria sobrinha de 28 anos, em uma operação de inteligência especial. A prisão ocorreu em São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.

Arma do vigilante foi roubada pelos bandidos

Um vigilante foi preso em São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Bento do Paraíso, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.

Assaltantes atacam agência dos Correios

Bandidos atacam agência em São Benedito do Rio Preto, mas acabaram presos pela Polícia Militar

Arma do vigilante foi roubada pelos bandidos

Um vigilante foi preso em São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.

Arma do vigilante foi roubada pelos bandidos

Um vigilante foi preso em São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia. O crime ocorreu em uma rua de São Benedito do Rio Preto, em Maranhão, durante um confronto com a polícia.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	08 / 08 / 2017	Página	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia Civil cumpre mandado de prisão por roubo qualificado

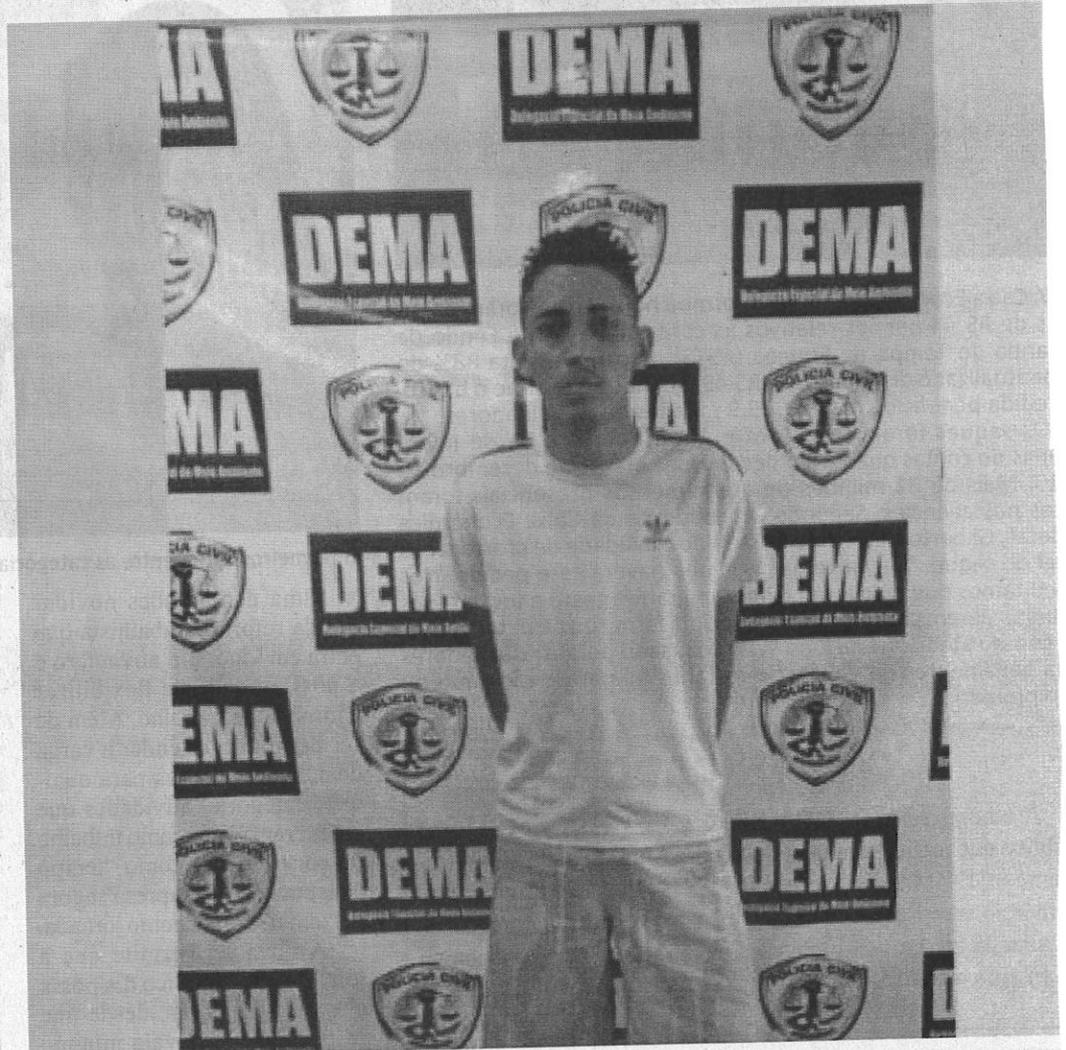
No momento da abordagem a residência, os homens da Polícia Civil observaram que o acusado estava usando uma tornozeleira eletrônica.

Na manhã de ontem (7), a Polícia Civil, através da Delegacia do Meio Ambiente (DEMA), conseguiu cumprir o mandado de prisão por sentença condenatória em desfavor de Hudson Rômulo Fonseca, pelo crime de roubo qualificado, em São Luís.

Segundo a Delegada Bianca Almada, denúncias anônimas relatavam que um cão estaria sendo vítima de maus tratos. De imediato, uma equipe da Polícia Civil, com apoio da Britz Urbana se deslocaram até o endereço apontado na denúncia no intuito de apurar os fatos, tendo a comprovação do crime.

Ainda de acordo com a delegada, as investigações preliminares informaram que Hudson é sobrinho do dono do animal, e no momento da abordagem a residência, os homens da Polícia Civil observaram que o acusado estava usando uma tornozeleira eletrônica.

A DEMA executou o cumprimento de mandado de prisão, sendo Hudson encaminhado a sede da delegacia para prestar seu devido depoimento, e posteriormente recambiando ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Já o animal foi levado a um lar temporário.



Hudson Rômulo Fonseca



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Estudante de Direito nega envolvimento em assalto a loja na Cidade Operária

O estudante de Direito Marcos Vinícius Nogueira Castro, de 19 anos, negou seu envolvimento no assalto à loja Ricardo Eletro, da Cidade Operária, ocorrido na quinta-feira (3), conforme informado pela Polícia Militar e noticiado pela imprensa no fim de semana. Marcos Vinícius esteve na redação do **Jornal Pequeno** e informou ser amigo de Jonhhy Mahhycon de Sales, 21, um dos suspeitos de roubar o estabelecimento, e foi quem lhe vendeu um celular subtraído durante o assalto. "Na noite de quinta-feira, Mahhycon foi à minha casa e me vendeu um celular, que estava dentro da caixa, e me custou R\$ 900. Eu não sabia que o aparelho era roubado, e muito menos que Mahhycon estava envolvido no crime", disse Marcos Vinícius.

O estudante de Direito contou ainda que estava em casa, no Angelim, quando foi surpreendido pela ação policial. "Eu estava estudando, não sabia o que estava acontecendo, mas tive que ir à Delegacia da Cidade Operária, prestar informações de recepção do celular", informou Marcos, ao concluir que, com poucas horas que estava no distrito policial, ele foi liberado. Porém, conforme Marcos Vinícius, a

polícia fez imagens dele e as divulgou como um dos envolvidos no assalto à Ricardo Eletro.

PRISÃO DOS SUSPEITOS

Segundo o comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, o major Marcelo, imagens do circuito de monitoramento da rua onde está localizada a loja identificaram o veículo utilizado pelos assaltantes. Em seguida, após consultar o cadastro do carro no banco de dados da polícia, ficou constatado que o veículo pertence a uma locadora de automóveis, na Cohab. Jonny Mahhycon teria locado o automóvel em uma locadora de veículos, na Cohab. Na locadora, o Serviço de Inteligência da Polícia Civil chegou ao endereço de Jonny, que reside no condomínio Vitória, na Estrada de Ribamar, local onde foi preso na sexta-feira. O suspeito confessou o crime e aos policiais informou o endereço de Marcos Vinícius.

A polícia prendeu também Djhhy Ranny no condomínio Vilage dos Bosques, também na Estrada de Ribamar. No interior do apartamento de Djhhy, foram encontrados três aparelhos de celular e as porções de maconha. (LUCIENE VIEIRA)

Rotam flagra grupo com arma e droga na Camboa

Durante uma diligência realizada por uma viatura da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam), na tarde de ontem (7), os policiais se depararam com um grupo de jovens em atitude suspeitas, próximo ao condomínio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Camboa, também conhecido por "Carandiru".

Os militares, ao abordarem seis suspeitos que formavam o grupo, entre eles um adolescente, encontraram uma escopeta calibre 12 e grande quantidade de entorpecente.

O material foi apreendido, e quando os infratores eram colocados na viatura, segundo o tenente-coronel Sodré, que comanda o Rotam, moradores do Carandiru teriam tentado impedir que os policiais levassem os suspeitos.

"Nesse momento, os militares atiraram para cima, mas diante da confusão que se formou, uma mulher apareceu atingida por arma de fogo, ainda estamos apurando se o tiro partiu da arma de policial, ou entré os que impediam a prisão do grupo", informou Sodré.

De acordo com o tenente-coronel, todos foram encaminhados primeiramente para a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), onde deveria permanecer o menor de idade. De lá, os outros cinco homens suspeitos seriam levados para o Plantão Central, localizado na Rua das Cajazeiras, Centro. (LV)

Homem é preso suspeito de abuso sexual contra a própria sobrinha

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Estadual da Mulher (DEM), prendeu na manhã de ontem (7) Domingos da Conceição Vieira, suspeito de abuso sexual, crime cometido contra sua própria sobrinha. A vítima tem 28 anos e segundo a DEM ela é portadora de necessidades especiais.

A sobrinha de Domingo da Conceição teria comparecido à Delegacia da Mulher, na manhã de ontem, momento em que

denunciou o fato de o suspeito ter invadido sua residência, e portando uma faca a agrediu fisicamente e a estuprou. Segundo a DEM, com base nas informações da tia da vítima, a sobrinha de Domingos foi criada pela avó, mãe do acusado e já falecida, sofrendo a vítima abusos sexuais por parte do tio desde a sua infância, fato este não denunciado pela avó para proteger Domingos. (LV)



Domingos foi preso, conforme a Polícia Civil, por estuprar a própria sobrinha

Divulgação/PC



Vigilante que tirou a própria vida

Vigilante do Castelinho recorre ao suicídio

Um vigilante da empresa Classi, que não teve o nome revelado até a noite de ontem (7) e trabalhava no Ginásio Castelinho, recorreu ao suicídio no final da tarde dessa segunda-feira. O vigilante tirou a própria vida, se enforcando no próprio local onde estava prestando serviço.

Conforme informações obtidas

pelo **Jornal Pequeno**, o vigilante estaria enfrentando problemas familiares e teria andado perdendo alguns plantões, o que teria feito com que fosse transferido do alojamento do Estádio Castelão, local onde prestava serviço antes. Essas são algumas das possíveis causas que levaram o jovem a se matar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 08 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Jovem se finge de morto para escapar de execução em Bacabeira

Fotos/Divulgação/PC

LUCIENE PEREIRA

Um jovem de 24 anos escapou de um ataque de um grupo armado, na qual duas crianças morreram e um adolescente de 15 anos ficou ferido, na cidade de Bacabeira, ao se fingir de morto. As vítimas estavam desaparecidas desde a terça-feira (1º) e os corpos das duas crianças de 11 e 12 anos, moradoras da Vila Samara, região da Estiva – em São Luís, foram encontrados na tarde de sexta-feira (4), em uma cova rasa na região do Campo de Perizes, em Bacabeira.

O jovem de 24 anos, que estava com os garotos, foi esfaqueado em várias partes do corpo, foi socorrido e permaneceu internado no Hospital Municipal Socorrão II, na Cidade Operária. Mas, ele já recebeu alta e desde ontem (7) está em casa. O jovem afirmou que somente está vivo porque se fingiu de morto.

“Se a gente corresse, nós podíamos levar tiro. A gente resolveu ficar, tentamos conversar com eles, mas não adiantou, nos torturaram. Num momento em que eu estava muito cortado, pensei, já que não há mais nada a fazer, vou me fingir de morto. Deus foi tão bom que eu consegui sobreviver. Quando eles saíram, eu me levantei e fui andando até a rodovia, quando fui socorrido e levado para o hospital em São Luís”, informou a vítima. O outro sobrevivente, o adolescente de 15 anos, que estava internado no mesmo hospital, também recebeu alta.



Josean e seu sogro, Antônio Coelho, são apontados como envolvidos na morte de Erisvan e Roberto

Ele foi atingido com um tiro no rosto, a bala atravessou a boca, o pescoço e se alojou na clavícula. O adolescente é irmão de Erisvan da Silva Costa, 12, que foi assassinado pelo grupo armado. A outra criança assassinada pelos mesmos criminosos é Roberto da Luz, 11. Ele também teria sido atingido por tiros e golpes de facão. Erisvan e Roberto foram levados para uma área de campo, e depois mortos a tiros e a golpes de facão, sendo sepultados em uma cova rasa. Os corpos foram resgatados pela equipe do Centro Tático Aéreo (CTA) e levados para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, onde foram periciados e liberados na tarde de sábado, 4. De acordo com a mãe de Roberto,

o filho tinha saído de casa para pescar e caçar passarinhos com mais três colegas na terça-feira, quando foram atacados por um grupo de seis homens armados, que estariam atrás de ladrões de porcos.

PRISÕES

Esse caso está sendo investigado desde a sexta-feira (4), pela Delegacia de Polícia Civil de Bacabeira, que é coordenada pelo delegado Ednaldo Santos. Ele informou que seis pessoas participaram desse ato de barbárie e ainda na sexta-feira foram presos Antônio Coelho, o “Baixinho”, de 79 anos; e seu genro, Josean Serra Rêgo, 28. Com eles, a polícia apreendeu a espingarda e o revólver usado na

execução.

Mas a polícia continua realizando incursões em Bacabeira e nas cidades próximas para prender os outros suspeitos dessa ação criminosa, inclusive um rapaz que teria utilizado a faca na tentativa de assassinar as vítimas. Segundo a Polícia Civil, Antônio Coelho, após ser preso, afirmou em depoimento que assassinou os menores em companhia de outras pessoas. Ele que é criador de animais, em Campo de Perizes, disse que estava desconfiando de que estavam levando seus porcos. Na terça-feira (1º), Antônio olhou os suspeitos de roubos no Campo de Perizes e chamou os acusados para realizarem o crime. As vítimas teriam sido atacadas dentro de uma área de mangue.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 8 / 08 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Policiais civis prendem traficante no bairro Vila Maranhão

Uma operação na tarde desta segunda-feira (7), após investigações, a Polícia Civil, por meio do Departamento de Combate ao Crime Organizado da Superintendência Estadual de Investigações Criminais - SEIC, culminou a prisão de José de Ribamar Martins Oliveira, vulgo "Zequinha" (33 anos de idade), capturado na posse de 10kg da droga popularmente conhecida como maconha e 1kg de crack.

Após receberem informação de que "Zequinha" estava praticando o tráfico ilícito de entorpecentes no bairro Vila Maranhão, os policiais se deslocaram até referido bairro, e, após algumas diligências preliminares, conseguiram identificar sua residência, onde encontraram várias porções de maconha prensada e de crack, prontas para a comercialização.



Zequinha encinha a cabeça da rapaziada de fumaça na Vila Maranhão

José de Ribamar Martins Oliveira foi conduzido à Superintendência Estadual de Investigações Criminais - SEIC e, após análise técnico-jurídica da autoridade policial, foi autuado em flagrante delito

no crime de tráfico de drogas (Art. 33 da Lei 11.340/06) e foi encaminhado ao Sistema Penitenciário Estadual (Complexo de Pedrinhas); onde ficará à disposição da Justiça.

Sequestrador abandona menina em lixão próximo ao aeroporto de SL

Duas crianças de 9 anos estavam andando em Paço do Lumiar quando foram abordadas por um motoqueiro que conduzia uma Bross branca. O menino conseguiu fugir, mas a Helena não obteve sucesso e o homem a colocou na moto. O fato aconteceu na manhã de ontem, no Maiobão.

A menina Helena, de 9 anos, foi encontrada em lixão próximo ao aeroporto de São Luís. A menina foi achada por um caminhoneiro.

Helena estava sendo mantida em cárcere desde as 9h da manhã desta segunda-feira (07). Foi encontrada por volta das 13h50. A menina aparentemente não possuía lesão, contudo estava muito assustada e não conseguia falar, apenas chorar. A criança foi levada à delegacia para que a Polícia Civil inicie as investigações.

Corpo de publicitário é encontrado em empreendimento do deputado federal Cléber Verde

O corpo do publicitário Sérgio Ferreira, 63 anos, foi encontrado na manhã desta segunda-feira na Rua Mário Andrezza com Rua Paraná, Bairro Maranhão Novo, Sérgio era natural do Estado do Paraná, estava residindo em Imperatriz havia oito meses.

Era proprietário do Studio 5TV, ele produzia sites, rádio web, que funcionava no antigo prédio da Rádio Carajás, agora de propriedade do deputado federal Cleber Verde (PRB) o deputado que está em Imperatriz falou que Sérgio era ótimo profissio-

nal, tendo inclusive criado a Rádio Web dele, ele também já tinha feitos trabalhos para outros deputados federais.

O corpo foi encontrado por um amigo que veio às 8h da manhã desta segunda na residência, falou que ele desde sexta-feira ele não respondia sua a mensagem, ao chegar olhou por cima do muro e viu o veículo dele na garagem.

O amigo arreventou a porta e viu o corpo de Sérgio já em avançado estado de putrefação, a polícia esteve no local, na quinta-feira a po-

lícia tinha recebido ligação via Copom, que um elemento estaria pulando o muro onde o corpo foi encontrado, polícia fez várias rondas, mas não conseguiu prender o suspeito. O perito do IML, Dr. Lourival fez a perícia no local, ele informou que pelo estado avançado de putrefação ele teria de três a quatro dias, ao lado do corpo foi encontrado um facão, a central de arma estava ligada, o corpo foi levado para IML, após uma perícia mais detalhada e que irar dizer o que teria levado a morte do publicitário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 7		



Domingos segundo a polícia, já abusava da sobrinha desde criança

Tio que abusava da sobrinha deficiente há 20 anos, é preso pela polícia

A Polícia Civil por meio da Delegacia de Proteção a Mulher prendeu nesta segunda-feira (7), um homem pelo crime de estupro, ele foi identificado por Domingos da Conceição Vieira.

Segundo informações repassadas pela polícia, o esturador violentou uma sobrinha há mais de vinte anos.

Até a tarde de ontem ele permanecia na DEM, localizada na Avenida Beira-Mar, no centro de São Luís.

A prisão acontece no dia em que a Lei Maria da Penha, um marco no combate a violência contra as mulheres, completa 11 anos de sancionada.

ENTENDA O CRIME - Domingos da Conceição Vieira estuprou a própria sobrinha,

uma jovem de 28 anos, portadora de necessidades especiais, ou seja, como o crime já ocorria há mais de 20 anos, a violência sexual começou quando a vítima ainda era criança. A jovem compareceu na manhã de ontem na DEM e comunicando que na madrugada também de ontem, o seu tio Domingos invadiu a sua residência portando uma faca, onde por meio de agressões físicas forçou a conjunção carnal.

A tia da vítima em depoimento relatou que ela foi criada pela avó, mãe de Domingos e já falecida, sofrendo a vítima abusos sexuais por parte do tio desde a sua infância, fato este não denunciado pela avó para proteger o agressor.

Acusado de tráfico de drogas é preso pela Polícia Civil de Araisosés

A Polícia Civil do Maranhão, através da Delegacia de Araisosés, com o apoio de policiais militares maranhenses, deflagrou uma operação durante esse final de semana visando dar cumprimento a um mandado de busca e apreensão em desfavor de Francisco das Chagas Costa Coutinho, de 33 anos, mais conhecido como "Leitoinha".

Segundo as investigações, o suspeito vinha sendo monitorado pela Polícia Civil pela prática de tráfico de drogas. Durante o cumprimento do mandado no sábado (05/08), os policiais flagraram "Leitoinha" em casa embalando pedras de crack para comer-

cialização. Além do entorpecente, vários objetos provenientes de roubos e furtos foram apreendidos dentro da residência.

"Fornecemos todos dados da investigação para o Poder Judiciário, que atendeu o nosso pedido expedindo este mandado. Os objetos apreendidos na casa do acusado irão subsidiar a investigação, pela eventual prática de tais crimes ou mesmo de receptação", informou o delegado titular de Araisosés-MA, Raphael Reis.

O acusado permanecerá custodiado na Delegacia de Araisosés à disposição do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 7 / 08 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

BALA PERDIDA

Mulher leva tiro quando “marocava” operação da Rotam na Camboa

No início da tarde desta segunda-feira (7), equipe da Polícia Militar (PM) compareceu ao Residencial Camboa atendendo ao chamado do Centro de Operações Integradas de Segurança (Ciops) de que haviam criminosos armados no local com o objetivo de efetuar assaltos. Na operação, cinco homens foram presos, um menor foi apreendido e também uma arma, um simulacro, drogas e balança de precisão foram apreendidas no condomínio.

A população estava revolvida, pois um homem identificado como Joelson Feliciano Leal foi baleado. Segundo o tenente Farias, ele tem passagem por quatro homicídios e várias ocorrências de tráfico de drogas e portava uma arma calibre .12 e teria atentado contra a vida de um policial da Rotam.

Segundo o mesmo tenen-



A mulher estava “marocando” quando foi atingida por uma bala perdida

te, foi encontrada quantidade considerável de maconha e cocaína no local.

Em meio ao confronto, um morador jogou uma pedra em viatura da polícia, que respondeu com tiros. O tenente

Farias efetuou disparos – que, aparentemente, seriam de advertência – mas que atingiram o tórax da mulher, até agora identificada como Vanessa, que desmaiou na hora. A situação causou pânico na comu-

nidade, que socorreu Vanessa e a levou para o Socorrão I. Um morador também foi atingido com um disparo no pé.

Ainda não há informações sobre o estado de saúde das vítimas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
(X) Extra	() Internet / Blog	(X) Outros	HORA EXTRA
DATA 8 / 08 / 2017	Página 5	() Gerada () Espontânea	(X) Positiva () Negativa

DE OLHO NO FUNDEF

MPMA, TCE e Famem se reúnem para tratar da aplicação dos recursos

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou nesta segunda-feira, 7, no Tribunal de Contas do Estado (TCE), de uma reunião com representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem). O objetivo era tratar da aplicação dos recursos devidos aos municípios maranhenses, provenientes da sentença condenatória que versa sobre a complementação do Fundef.

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb) e é composto por recursos de cada estado e complementado pela União nos casos em que não alcance o valor mínimo previsto nacionalmente.

Participaram da reunião, o presidente do TCE, Caldas Furtado; a representante do Ministério Público de Contas, Flávia Gonzalez; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAOp) em exercício, Érica Beckman; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Marco Antonio Santos Amorim; o presidente da Famem e prefeito de Tuntum, Cleomar Tema; representantes do setor jurídico do TCE e Famem; e prefeitos de cinco municípios do Maranhão: Codó, Tutóia, Anapurus, Gonçalves Dias e Tuntum.

A reunião foi solicitada pela Famem, que pede que



A reunião, solicitada pela Famem, tratou especificamente do Fundef

os valores referentes aos precatórios não sejam aplicados 100% na educação, por considerar o valor alto. De acordo, com a Famem, os prefeitos querem aplicar por exemplo 30% na educação, 20% na saúde e o restante de acordo com as necessidades de cada município, por entender que como é uma ação judicial indenizatória e não voluntária, é possível fazer a aplicação dos recursos desta forma. A preocupação dos prefeitos em trazer a discussão para o TCE é, dentre outras, evitar problemas com a prestação de contas no próximo ano.

Os recursos provenientes dos processos que se encontram em fase de precatórios giram em torno de R\$ 224 milhões de reais, a serem divididos inicialmente para 12 municípios. A divisão dos recursos

será feita de forma relacionada com a quantidade de estudantes matriculados na rede municipal.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga disse que a Rede de Controle vai se reunir para discutir o assunto e tomar uma decisão. Mas reforçou que a Rede “está aberta ao diálogo e que será preciso se reunirem para analisar legalmente o pedido. O entendimento deverá ser unificado. Agiremos sempre pautados na legalidade”.

Para a coordenadora do CAOp, o pedido da Famem “é uma situação que tem que ser analisada com muito cuidado. Esses recursos refletem uma oportunidade de revolucionar a educação no Maranhão, reverter os nossos índices que ainda são muito baixos. Infelizmente no nosso estado ain-

da existem escolas de taipa, transporte escolar de pau de arara, escolas multi seriadas”, ponderou Érica Beckman.

FUNDEF - Em 1999, o Ministério Público Federal em São Paulo propôs ação contra a União. Foi constatado que os repasses financeiros que foram efetuados eram inferiores ao devido. O caso, que transitou em julgado em 2015, foi concluído com sentença que condenou a União a pagar as diferenças de complementação do Fundef aos municípios, correspondente ao Valor Mínimo Anual por Aluno (VMMA). Foi solicitado pelo MPF que o pagamento da verba ocorra mediante precatório, repassando-se os recursos para a conta única e específica de cada município vinculada ao Fundeb.

(REDAÇÃO: CCOM-MPMA)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 8 / 08 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia apreende bugigangas sem notas fiscais em São Luís

Policiais militares do 6º Batalhão fizeram uma apreensão de mercadorias clandestinas em duas casas no bairro Jardim São Cristóvão em São Luís. Tapetes, brinquedos, roupas e produtos eletrônicos em grande quantidade, estavam armazenadas em caixas e não tinham notas fiscais.

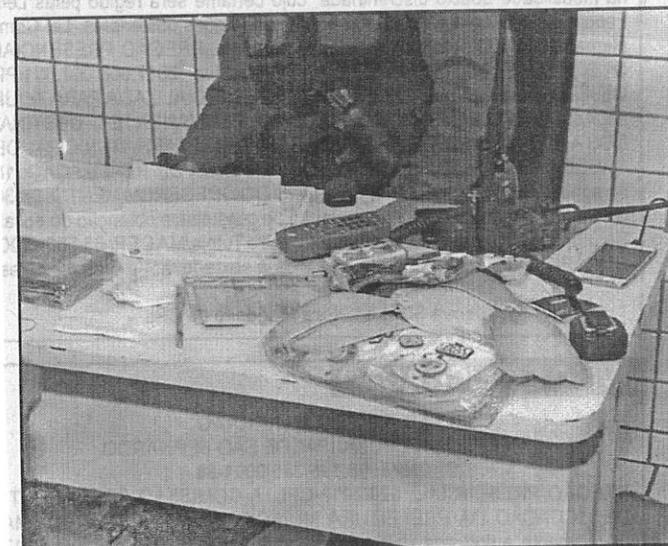
A operação foi desencadeada após os policiais receberem denúncias de moradores próximos a residência. Em relato a polícia, os moradores afirmam que os produtos eram vendidos clandestinamente nas duas residências. "Moradores relataram que há

vários dias tinha dois indivíduos comercializando produtos eletrônicos, e em posse dessas informações fomos até a casa que nos foi informado", conta o soldado Fonseca, do 6º Batalhão da Polícia Militar.

Após a chegada da polícia no local, uma pessoa que estava em uma das casas fugiu. A Polícia Militar acredita-se que por conta da grande quantidade de mercadoria, os artefatos devem ter sido roubados de uma transportadora. O caso, registrado no Plantão Central da Cidade Operária, está sendo investigado.



Policiais militares apreendem mercadorias sem notas fiscais em bairro de São Luís



Operação foi realizada após denúncias de moradores da região